

A perspectiva das pessoas com deficiência em termos de educação e trabalho.

PAULO TADEU MEIRA E SILVA DE OLIVEIRA*

Resumo: neste trabalho foi aplicado cruzamentos entre pares de variáveis para a amostra estudada segundo cada uma das diferentes deficiências: enxergar, ouvir, locomover e intelectual a partir do conjunto de dados obtidos do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos dados de amostra (pessoas que responderam o Questionário Completo) entre as diferentes variáveis explicativas como nível de instrução e renda em salários mínimos com o objetivo de fazer uma avaliação em termos comparativos entre grupos formados por pessoas que apresentam a deficiência e que não apresentam a deficiência.

1 - Introdução

É, atualmente, considerado como fato, que sempre existiram ao longo da história pessoas com deficiência (Silva, 1987; Carvalho, 2001). Paulatinamente, as sociedades foram percebendo que, para além da caridade e da assistência, tais pessoas deveriam ser incluídas em programas e políticas públicas que pudessem valorizar seu potencial produtivo (Silva, 1987; Domingo, 2006; Figueira, 2008). Na realidade, as próprias pessoas com deficiência foram dando mostras de que podiam e desejavam estudar, trabalhar e serem plenamente incluídas na sociedade (Garcia, 2010:27).

“O fato é que, de uma forma ou de outra, todos os países, desde os tempos mais antigos, conviveram com indivíduos com algum tipo de deficiência e, paulatinamente, pensaram formas de integrar socialmente essas pessoas. Felizmente, e de maneira irregular e variando de um país para o outro, foi sendo alterado o “status social” das pessoas com deficiência, vistas anteriormente – e ainda recentemente – como incapazes ou inválidas.”

Graças a mobilização dessas pessoas, foi possível garantir nos tempos atuais, um conjunto de leis que respalda esse contingente populacional, não só no que diz respeito ao mundo do trabalho, mas também quanto a direitos humanos como educação, saúde, lazer, e por fim; o direito de exercício pleno de cidadania (Garcia, 2010:29).

“Felizmente, percebeu-se com o tempo que, assim como acontecia em outros países, as pessoas com deficiência poderiam estar nos ambientes escolares e de trabalho gerais, frequentando também o comércio, bares, restaurantes ou prédios públicos, enfim, não precisavam estar sempre circunscritas ao espaço familiar ou das instituições

especializadas. Esta percepção está refletida na expansão de leis e decretos sobre os mais variados temas a partir, principalmente, da década de 80.”

Mesmo com essas garantias, segundo Diniz (2001:1) em seu resumo intitulado “Deficiência e Igualdade” para o I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência afirma que:

“Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente. Um corpo com deficiência é uma expressão da diversidade humana. Entre as restrições corporais e a experiência da deficiência há a distância imposta pela desigualdade.”

Neste trabalho, mostramos que existe muito por fazer em prol da diminuição desta desigualdade, entre os vários procedimentos necessários, quantifica-la, isto é, mensurar a verdadeira distância que separa as pessoas com deficiência das que não apresentam deficiência no acesso a direitos como educação e trabalho para que possa servir de suporte para políticas públicas que auxiliem na diminuição da distância que estabelece a desigualdade entre estas pessoas.

Acredita-se que as baixas condições de trabalho das pessoas com deficiência são devidos a situações como: dificuldade de acesso à educação, infraestrutura inadequada, preconceito e falta de informação por parte de escolas e empresas que fazem com que essas pessoas apresentem um menor nível de escolaridade o que dificulta o ingresso delas no mercado formal de trabalho.

A reversão desse quadro não é tarefa simples. Segundo especialistas (Garcia, 2010), isso exige ações em, pelo menos, oito aspectos centrais: a) a ampliação do conhecimento público acerca das pessoas com deficiência e sua inserção na educação e no trabalho (com melhora no acesso aos dados do IBGE e do MTE), pois, nota-se sérios problemas de consistência com esses dados; b) as questões ligadas à legislação (não só em relação à chamada “Lei de Cotas”, mas também à legislação trabalhista/previdenciária); c) o fortalecimento da inclusão escolar e das possibilidades de qualificação profissional, inclusive dentro das empresas como alternativa para o desenvolvimento pessoal da pessoa com deficiência rompendo situações de dependência que ainda existe e diminuir o déficit de quantidade de pessoas com deficiência que devem ser contratadas para atendimento da “Lei das Cotas” (Domingos, 2005; Garcia, 2010); d) a acessibilidade como conceito síntese da sociedade inclusiva que muito mais que infraestrutura adequada, criar condições para que as pessoas com deficiência possam utilizar produtos, serviços e informações como qualquer outro cidadão; e) a consolidação de novos paradigmas e formas de pensar a temática da deficiência, na sociedade em geral, mas especialmente entre as escolas (administradores, professores, funcionários e alunos) e empregadores (empresários ou gestores públicos) e as próprias pessoas com deficiência; f) que fosse

considerado obrigatório para os profissionais de saúde e de assistência social; notificar ao Ministério da Saúde as pessoas atendidas e que tenham sido diagnosticadas com deficiência com suas respectivas CIF's; g) estabelecimento de uma cota de 5% das vagas de ingresso nas instituições de todos os níveis de ensino, e, por fim; h) mais que Lei de Cotas, garantir que a pessoa com deficiência seja contratada para funções que correspondam ao seu verdadeiro potencial ou aptidão (Garcia, 2010; Rosa, 2009).

Além de tudo isso, é preciso que as condições econômicas e sociais do país evoluam positivamente. O crescimento econômico acelerado, uma melhor distribuição de renda, serviços públicos com qualidade e programas sociais eficazes, dentre outros aspectos, são benéficos para todos, inclusive, naturalmente, para aqueles com algum tipo de deficiência. Por mais que existam especificidades, não há um mundo "específico" das pessoas com deficiência. Elas também sentirão os efeitos da melhora social mais geral, por isso que as políticas específicas como gratuidades, cotas, isenções e benefícios não podem ser um fim em si mesmo, mas parte de uma estratégia mais ampla na qual, equiparando oportunidades, todos possam construir um país melhor, mais justo e humano.

Neste trabalho, através de aplicações de técnicas estatísticas pretendemos mostrar um pouco desta desigualdade de forma quantificada. Antes de mais nada, podemos definir igualdade quando as pessoas com deficiência apresentam as mesmas condições que as pessoas que não apresentam deficiência para variáveis como nível de instrução, renda e trabalho. Em termos estatísticos significa obter as mesmas proporções, exemplo, proporção de pessoas que concluíram o curso superior ser a mesma para pessoas com e sem deficiência e entre as diferentes deficiências e graus de severidades. Neste caso, utilizamos os dados do censo demográfico 2010 que é a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do território nacional e constitui a mais importante fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todas as localidades.

No censo, foram utilizados dois tipos de questionário: Questionário Básico que foi aplicado em todas as unidades domiciliares e Questionário da Amostra ou Completo que foi aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra, que além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores.

As questões relacionadas às pessoas com deficiências foram aplicadas no Questionário da Amostra que buscaram identificar as deficiências visual, auditiva e locomotora, de acordo com

seu grau de severidade, através da percepção da população sobre essas suas dificuldades e para aquelas que declararam ter deficiência intelectual.

A investigação dos graus de severidade de cada deficiência permite conhecer a parcela da população com deficiência severa (segundo o IBGE é estimado em aproximadamente 6,7% da população), que se constitui o principal alvo das políticas públicas sobre deficiência. São consideradas pessoas com deficiência severa as pessoas com deficiência visual, auditiva e locomotora que declararam ter grande dificuldade ou que não conseguem de modo algum e as que declararam ter deficiência intelectual.

Quanto aos dados obtidos no Censo Demográfico de 2010 permite inquirir o seguinte: Será que as questões que diz respeito a deficiência deveriam ser incluídas no questionário básico? Existem outras questões que devem ser incluídas mesmo no questionário completo? Deve existir um censo específico para pessoas com deficiência? Diria que resposta a estas e outras perguntas pode auxiliar no aperfeiçoamento da coleta de dados para um próximo censo ou considerar a possibilidade de implementar um censo com um cadastro em separado para as pessoas com deficiência.

As variáveis utilizadas neste trabalho foram obtidas diretamente do Banco de Dados da Amostra dos entrevistados que responderam o Questionário Completo do Censo Demográfico de 2010 aplicado pelo IBGE e podem ser divididas em blocos considerando os seguintes tópicos: identificação, que possui como objetivo caracterizar cada indivíduo; família que caracteriza a situação familiar; trabalho, que tem como objetivo caracterizar a forma de trabalho de cada indivíduo; instrução, com a finalidade de caracterizar o nível de instrução de cada indivíduo, e por fim; deficiência que tem como objetivo caracterizar incidência de deficiência para cada indivíduo.

As variáveis alocadas em cada um destes blocos podem ser encontradas no tópico 2.1 deste estudo.

2 – Materiais e Métodos

Para que possa melhor incluir pessoas com deficiência, é interessante, antes de mais nada, estimar com maior precisão qual seria a quantidade de pessoas nessas condições para cada uma das diferentes deficiências, como vivem, onde moram e fazer um estudo comparativo entre o comportamento de pessoas com deficiência e que não apresentam deficiência em variáveis como nível de instrução e renda. Uma alternativa neste caso, foi considerar o banco de dados obtidos no Censo Demográfico de 2010 para o Questionário da Amostra, e, segundo estimativas deste mesmo

censo, acredita-se que existam no Brasil 45.606.048 pessoas com pelo menos uma das diferentes deficiências permanentes, o que representa aproximadamente, 23,9% de toda a população brasileira.

2.1 - Descrição das variáveis

As variáveis foram obtidas diretamente do questionário aplicado, a relação dos municípios, distritos, subdistritos, mesorregião e microrregião utilizados na codificação destas variáveis foram listadas pelos recenseadores e podem ser encontrados no site www.ibge.gov.br em censo 2010, amostra e microdados; e foram consideradas as seguintes para os seus respectivos blocos:

2.1.1 - Identificação

Estado: variável que identifica o estado de residência do respondente; município: variável que identifica o município de residência do respondente; região: variável categorizada que identifica a região que reside o respondente e foi atribuído os seguintes valores: 1 Norte, 2 Nordeste, 3 Sudeste, 4 Sul e 5 Centro Oeste; sexo: variável binária que indica o sexo de cada respondente que classifica como 1 para masculino e 2 para feminino; domicílio: Variável que identifica se o domicílio de cada respondente é urbano (1) ou rural (2); nacionalidade: Os indivíduos foram classificados em 1 para Brasileiro nato, 2 Naturalizado brasileiro, 3 Estrangeiro, e, 9 Branco: ignorado, e, por fim; cor ou raça: classificada como 1 branca, 2 preta, 3 amarela, 4 parda, 5 indígena, e, 9 ignorado.

2.1.2 - Família

Idade: indica a idade de cada indivíduo em anos; **união:** Natureza da união dividida como 1 para casamento civil e religioso, 2 só casamento civil, 3 só casamento religioso, 4 união consensual e 9 para ignorado ou branco; **número de filhos:** variável que indica o número de filhos que possui na época da entrevista, e, por fim; **estado civil** classificado em 1 casado, 2 desquitado(a) ou separado(a) judicialmente, 3 divorciado(a), 4 viúvo(a), 5 solteiro(a), e, 9 branco para os menores de 10 anos de idade.

2.1.3 - Trabalho

Renda: valor da renda individual em reais; **sm** valor da renda individual em salários mínimos; **se retorna:** retorna do trabalho para casa diariamente admitindo as seguintes possibilidades: 1 sim e 2 não; **tempo:** tempo que demora diariamente para ir e voltar de casa para o trabalho

categorizada como: 1 até 05 minutos, 2 de 06 minutos até meia hora, 3 mais de meia hora até uma hora, 4 mais de uma hora até duas horas, e 5 para mais de duas horas; trabalho principal classificado em 1 para empregados com carteira de trabalho assinada, 2 militares e funcionários públicos estatutários, 3 empregados sem carteira de trabalho assinada, 4 conta própria, 5 empregadores, 6 não remunerados, e, 7 trabalhadores na produção para o próprio consumo, e, por fim; trabalho secundário classificado da mesma maneira que a variável trabalho principal.

2.1.4 - Instrução

ler: se sabe ler e escrever e foi categorizada como 1 sim, 2 não para e 9 para branco para as pessoas menores de 5 anos de idade; creche: frequenta escola ou creche e foi classificada como 1 sim, pública; 2 sim, particular; 3 não, já frequentou e 4 não, nunca frequentou; curso que frequenta: pessoa que frequenta escola que foi codificado de acordo com uma lista existente no arquivo de lay out fornecida no site do IBGE; nível de instrução: indica o grau de instrução classificado em 1 não completou o ensino fundamental, 2 entre ensino fundamental completo e segundo grau incompleto, 3 entre segundo grau completo e superior incompleto, 4 superior completo ou mais e 5 ignorado; nível mais alto: curso mais elevado que frequentou e foi codificado da mesma forma que a variável curso que frequenta, e, por fim; deslocamento para estudo: esta variável foi codificada como 1 neste município, 2 em outro município, 3 em país estrangeiro, e, 9 branco para os que não frequentavam escola ou creche ou aqueles que nunca frequentaram.

2.1.5 - Deficiência

Para as próximas variáveis, foram utilizadas os seguintes códigos: 1 para sim, não consigo de jeito nenhum, 2 sim, com muita dificuldade, 3 sim, com nenhuma dificuldade, e, 4 não apresento qualquer dificuldade.

Enxergar: apresenta deficiência para enxergar; ouvir: apresenta deficiência para ouvir; locomover: apresenta deficiência para locomover, e, por fim; intelectual: se o indivíduo apresenta deficiência intelectual com as seguintes respostas: 1 sim e 2 não.

2.2 - Teste de homogeneidade

Esse teste consiste em verificar se uma variável aleatória se comporta de modo homogêneo, em várias subpopulações, e, fixa o tamanho da amostra em cada uma destas subpopulações e, então, seleciona uma amostra de cada uma delas.

Para o cálculo dos valores esperados, supondo a existência de homogeneidade entre as subpopulações, utiliza-se para cada casela (i, j) , conforme expressão a seguir:

$$e_{i,j} = n_i \times \frac{\text{total da coluna } j}{\text{total geral}} \quad (1)$$

O total da linha n_i indica o tamanho da amostra da subpopulação i , ao passo que o quociente, total da coluna j dividido pelo total geral, representa a proporção de ocorrências do valor da variável correspondente à coluna j . Caso haja homogeneidade do comportamento da variável correspondente, espera-se que essa proporção seja a mesma, em todas as subpopulações. O próximo passo é calcular Q^2 que é a diferença entre os valores observados e esperados utilizando a expressão abaixo:

$$Q^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{o_{ij} - e_{ij}}{e_{ij}} \quad (2)$$

onde r e s representam o número de linhas e de coluna respectivamente.

Para interpretar a expressão de Q^2 , nota-se que o termo $o_{ij} - e_{ij}$ indica a diferença entre o valor observado e o valor esperado na linha i e coluna j , se houvesse homogeneidade (Magalhães and Lima, 2011).

Para um número grande de observações, a expressão de Q^2 é qui-quadrado com $(r - 1)(s - 1)$ graus de liberdade. A região crítica contém grandes valores de Q^2 , isto é, $RC = Q^2: Q^2 \geq q_c$, com q_c , sendo determinado pelo nível de significância do teste, ou seja, $\alpha = P(Q^2 \geq q_c / H_0 \text{ é verdadeiro})$.

Para este estudo, utilizamos testes de homogeneidade com a finalidade de verificar se uma variável aleatória se comporta de modo similar, ou homogêneo, em várias sub populações.

3 – Resultados e discussões

Este trabalho considera os dados do Censo Demográfico de 2010, que muito embora, apresente deficiências como a falta de outras variáveis de interesse, como por exemplo, se a deficiência foi adquirida ao nascer ou após uma determinada idade que não foram incluídas no questionário completo, foi a pesquisa que tratou de forma mais abrangente o tema das pessoas com deficiência. Esses dados são úteis por identificar o contingente da população com deficiências visuais, de audição, locomoção e intelectual, bem como, seu respectivo grau de severidade para uma melhor avaliação e servir de suporte para melhor direcionamento dos recursos públicos e particulares que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida destas pessoas.

Para este estudo, além das variáveis mencionadas no tópico 2.1, foram, também, criadas as seguintes variáveis com as suas respectivas categorizações: no tópico trabalho: rendimento em salários mínimos (sm, que na época da realização do Censo Demográfico 2010 era de 510 reais) categorizados como 1, se ganhar de 0 até 1 sm; 2, de 1 até 3 sm; 3, de 3 até 7 sm; 4, de 7 até 10 sm, e por fim; 5, de 10 sm ou mais; no tópico identificação: identificação (número do questionário ou indivíduo) e idade categorizada (1, se tiver de 0 até 15 anos; 2, se tiver entre 15 até 65 anos, e por fim; 3, de 65 anos ou mais, no tópico família: número de filhos categorizados (1 para sem filho; 2, para número de filhos entre 1 e 2; 3, para número de filhos entre 3 a 5, e por fim; 4, número de filhos a partir de 6 ou mais), e por fim; no tópico problemas de deficiência: deficiências (quantidade de deficiências que cada indivíduo possui, e varia de 0 até 4) e defic1 (0 se não possui deficiência e 1 se possui pelo menos uma deficiência).

As tabelas de 1 a 5 mostram a distribuição de proporções em % para as variáveis deficiências (Tabela 1), ver (Tabela 2), locomover (Tabela 3), ouvir (Tabela 4), intelectual (Tabela 5), total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda categorizada em salários mínimos.

Tabela 1. Distribuição em (%) das pessoas com deficiência para as variáveis deficiências, total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda.

deficiências	total	ler e escrever		nível de instrução				sexo		idade categorizada			renda				
		sim	não	1	2	3	4	masculino	feminino	1	2	3	1	2	3	4	5
0	76.1	90.4	9.6	60.2	14.9	18.7	5.7	51.3	48.7	32.6	64.2	3.3	27.5	57.8	10.3	2.2	2.2
1	17.2	82.8	17.2	64.7	13.4	16.0	5.6	45.3	54.7	10.6	75.1	14.3	34.7	52.1	9.2	1.9	2
2	5.0	68.0	32	81.0	8.6	7.9	2.4	41.9	58.1	3.4	59.6	37.1	47.6	44.1	6.1	1.1	1.1
3	1.6	57.3	42.7	87.7	5.9	4.8	1.5	41.7	58.3	2.3	41.0	56.7	55.4	38.6	4.4	0.8	0.8
4	0.1	47.8	52.2	88.9	5.1	4.4	1.5	45.0	55.0	5.8	47.9	46.3	57	37.2	4	0.9	0.9

Da Tabela 1 nota-se que 76,1% das pessoas entrevistadas não apresentam qualquer deficiência (deficiências = 0), 17,2% apresentam uma deficiência (deficiências = 1), 5% apresentam duas (deficiências = 2), 1,6% apresentam três deficiências (deficiências = 3) e 0,1% apresentam as quatro deficiências (deficiências = 4; predomínio de pessoas que não apresentam deficiência do sexo masculino com 51,3%, e predomínio de pessoas do sexo feminino de pessoas que apresentam uma deficiência ou mais.

Da Tabela 1 nota-se também que é possível observar que quanto maior o número de deficiências: maior é a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever (9,6% para pessoas que não apresentam deficiência (deficiências = 0) e atingindo 52,2% para as pessoas que apresentam as quatro deficiências (deficiências = 4)), proporção de pessoas que apresentam como nível de instrução no máximo o nível fundamental incompleto (de 60,2% para as pessoas que não apresentam deficiência (deficiências = 0) e atingindo 88,9% das pessoas que apresentam as

quatro deficiências (deficiências = 4)) e proporção de pessoas que obtém no máximo um salário mínimo de renda (27,5% das pessoas que não apresentam deficiência (deficiências = 0) e atingindo 57% das pessoas que apresentam as quatro deficiências (deficiências = 4)), e, menor é a proporção de pessoas que apresentam como nível de instrução nível fundamental completo ou mais e renda superior a um salário mínimo.

No que diz respeito a renda, a Tabela 1 também mostra uma maior concentração de renda até um salário mínimo para os grupos formados por deficiências = 2 com proporção de 47,6%, deficiências = 3 com proporção de 55,4% e 57,0% para o grupo formado por deficiências = 4, e, uma maior concentração de pessoas com renda entre um e três salários mínimos para os grupos formados por deficiências = 0 com proporção de 57,8% e deficiências = 1 com proporção de 52,1%.

Quanto a idade a Tabela 1 mostra uma maior concentração de pessoas com idade entre 15 e 65 anos para os grupos formados por deficiências = 0 com proporção de 64,2%, deficiências = 1 com 75,1%, deficiências = 2 com 59,6% e deficiências = 3 com 47,9% e, finalmente, com idade acima de 65 anos para o grupo formado por deficiências = 3 com proporção 56,7%.

Tabela 2. Distribuição em (%) das pessoas com deficiência para as variáveis ver, total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda.

ver	total	ler e escrever		nível de instrução				sexo		idade categorizada			renda				
		sim	não	1	2	3	4	masculino	feminino	1	2	3	1	2	3	4	5
0	0.2	69.8	31.2	71.8	10.6	12.2	4.9	47.7	52.3	13.6	55.8	30.6	25.2	56.4	12.1	2.9	3.4
1	3.3	70.3	29.7	77.2	9.9	9.9	2.8	45.3	54.7	5.5	63.9	30.6	45.9	46.0	5.9	1.1	1.0
2	15.1	81.4	18.6	68.5	12.7	15.1	5.4	41.9	58.1	8.0	73.4	18.6	36.0	51.1	9.1	1.9	2.0
3	81.4	89.2	10.8	62.5	14.2	17.5	5.5	41.7	58.3	31.3	64.1	4.7	28.1	57.4	10.2	2.1	2.2

Já na Tabela 2 é possível observar que 0,2% das pessoas entrevistadas no censo responderam que não enxergam de modo algum (ver = 0); 3,3% conseguem, mas com muita dificuldade (ver = 1); 15,1% conseguem com alguma dificuldade (ver = 2), e, por fim, 81,4% não apresentam qualquer dificuldade (ver = 3).

Quanto maior o grau de severidade da deficiência visual, maior é a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever (de 10,8 % para pessoas que não apresentam qualquer deficiência visual (ver = 3) atingindo 31,2% das pessoas que não enxergam de modo algum (ver = 0)).

Nota-se também na Tabela 2 que existe um forte predomínio de pessoas do sexo feminino, idade entre 15 e 65 anos e renda entre um e três salários mínimos para todos os diferentes níveis de severidade da deficiência visual.

O grupo formado por pessoas que enxergam, mas com muita dificuldade (ver = 1) apresentam maior proporção de pessoas com nível de instrução até fundamental incompleto e nível de renda até um salário mínimo, e, menor quantidade de pessoas com nível fundamental completo ou mais e nível de renda superior a um salário mínimo do que o grupo formado de pessoas que não consegue enxergar de modo algum (ver = 0), que em termos comparativos mostra uma maior quantidade de pessoas com nível de instrução fundamental completo ou mais e renda superior a um salário mínimo ou mais.

Tabela 3. Distribuição em (%) das pessoas com deficiência para as variáveis locomover, total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda.

locomover	total	ler e escrever		nível de instrução				sexo		idade categorizada			renda				
		sim	não	1	2	3	4	sculi	feminino	1	2	3	1	2	3	4	5
0	0.4	55.0	45.0	84.1	8.3	7.0	2.5	47.2	52.8	17.5	38.2	44.2	26,4	55,4	12	2,8	3,4
1	2.0	62.8	37.2	84.6	7.3	6.2	1.8	38.6	61.4	2.6	49.5	48.0	51	42,6	4,9	0,8	0,8
2	4.7	70.0	30.0	79.3	9.1	8.7	2.8	38.4	61.6	3.2	58.5	38.3	47,3	44,4	6	1,1	1,1
3	92.9	88.9	11.1	61.0	14.6	18.2	5.7	50.5	49.5	28.6	66.3	5.1	29	56,6	10,1	2,1	2,2

Na Tabela 3 é possível mostrar que 0,4% não consegue se movimentar de modo algum (locomover = 0), 2,0% conseguem com muita dificuldade (locomover = 1), 4,7% conseguem, com alguma dificuldade (locomover = 2) e 92,9% não apresentam qualquer dificuldade (locomover = 3).

Quanto maior o grau de severidade maior é a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever (de 11,1% para quem não apresenta qualquer problema (locomover = 3) até 31,2% no grupo de pessoas que não conseguem se movimentar de modo algum (locomover = 0)).

Pessoas com os diferentes graus de severidade de deficiência para movimentação são constituídas por maioria de sexo feminino (locomover = 0, 1 ou 2), enquanto que, no caso de pessoas que não apresentam qualquer problema é constituída por maioria de sexo masculino (locomover = 3).

O grupo de pessoas que conseguem se movimentar com muita dificuldade (locomover = 1) apresentam menores níveis de instrução de no máximo nível fundamental incompleto e nível de renda de no máximo um salário mínimo; enquanto que; o grupo formado por pessoas que não conseguem se movimentar de modo algum (locomover = 0) apresentam maiores proporções para nível de instrução superior ou igual a nível fundamental completo.

No que diz respeito a idade, a Tabela 3 mostra um predomínio formado por locomover = 0 para pessoas com idade superior a 65 anos com proporção de 44,2%, para os demais grupos mostra uma maior proporção de pessoas com idade entre 15 e 65 anos sendo locomover = 1 com

proporção de 49,5%; locomover = 2 com proporção de 58,5%, e, finalmente; locomover = 3 com proporção de 66,3%.

Tabela 4. Distribuição em (%) das pessoas com deficiência para as variáveis ouvir, total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda.

ouvir	total	ler e escrever		nível de instrução				sexo		idade categorizada			renda				
		sim	não	1	2	3	4	masculino	feminino	1	2	3	1	2	3	4	5
0	0.2	62.9	37.1	76.3	9.6	10.2	3.5	51.0	49.0	16.4	65.4	18.2	31.2	55.2	9.1	2.2	2.3
1	1.0	63.8	36.2	82.6	7.8	7.4	2.2	53.7	46.3	5.5	45.8	48.7	44.8	46.4	6.5	1.1	1.2
2	4.1	73.1	26.9	75.6	10.1	10.7	3.5	51.0	49.0	7.0	56.4	36.6	40.2	48.6	8.0	1.6	1.7
3	94.8	88.2	11.8	61.7	14.4	17.9	5.6	49.5	50.5	27.9	66.1	6.0	29.6	56.4	10.0	2.1	2.1

Na Tabela 4, temos que 0,2% das pessoas entrevistadas não conseguem ouvir de modo algum (ouvir = 0), 1,0% conseguem com muita dificuldade (ouvir = 1), 4,1% conseguem com um pouco de dificuldade (ouvir = 2) e 94,8% não apresentam qualquer problema de audição (ouvir = 3).

Quanto maior o grau de severidade do problema de audição maior tende a ser a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever (de 11,8% para as pessoas que não apresentam qualquer problema de audição (ouvir = 3) chegando em 37,1% das pessoas que não conseguem ouvir de modo algum (ouvir = 0)).

Entre as pessoas que apresentam deficiências para ouvir nos seus diferentes graus de severidade nota-se maior predominância de pessoas do sexo masculino, enquanto que pessoas do sexo feminino constitui maioria das que não apresentam qualquer problema de audição.

Quanto a idade mostra uma maior concentração de pessoas com idade entre 15 e 65 anos para ouvir = 0 com proporção de 65,4%; ouvir = 2 com 56,4% e ouvir = 3 com 66,1%, e, por fim, maior proporção de pessoas com idade superior a 65 anos para ouvir = 1 com proporção de 48,7%.

Nota-se também que o grupo formado por pessoas que apresentam muitas dificuldades (ouvir = 1) apresentam, em termos comparativos, maiores dificuldades para obtenção de melhores níveis de instrução e de renda do que o grupo formado por pessoas que não conseguem ouvir de modo algum (ouvir = 0), isto é, o grupo ouvir = 1 caracteriza-se por maior proporção de pessoas que atingiram no máximo o nível fundamental incompleto como nível de instrução e no máximo um salário mínimo como nível de renda; enquanto que; o grupo formado por pessoas que não conseguem ouvir de modo algum (ouvir = 0) caracteriza-se por pessoas que apresentam, em termos comparativos, melhores níveis de instrução a partir de nível fundamental completo em diante e nível de renda superior a um salário mínimo.

Para renda verifica-se maior concentração de pessoas com renda entre um e três salários mínimos para todos os diferentes níveis de ouvir observando proporção de 55,2% para ouvir = 0; 46,4% para ouvir = 1; 48,6% para ouvir = 2 e 56,4% para ouvir = 3.

Tabela 5. Distribuição em (%) das pessoas com deficiência para as variáveis intelectual, total, ler e escrever, nível de instrução, sexo, idade categorizada e renda.

intelectual	total	ler e escrever		nível de instrução				sexo		idade categorizada			renda				
		sim	não	1	2	3	4	masculino	feminino	1	2	3	1	2	3	4	5
0	1.4	48.7	51.3	86.6	6.6	5.4	1.3	54.6	45.4	16.6	68.3	15.0	54.8	39.2	4.4	0.8	0.8
1	98.6	87.8	12.2	62.1	14.3	17.6	5.5	49.6	50.4	27.0	65.4	7.6	29.1	56.1	9.9	2.1	2.1

A Tabela 5 mostra que 1,4% das pessoas apresentam deficiência intelectual (intelectual = 0), com proporção de 51,3% não sabem ler e escrever, de 68,6% atingindo no máximo nível fundamental incompleto como nível de instrução, de sexo masculino com 54,6%, idade entre 15 e 65 anos com 68,3%.

Já, para o grupo de pessoas que não apresenta deficiência intelectual (intelectual = 1) que constitui 98,6% dos respondentes nota-se que a maioria sabem ler e escrever (87,8%), nível de educação até fundamental incompleto (62,1%), sexo feminino (50,4%), idade entre 15 e 65 anos (65,4%) e nível de renda entre um e três salários mínimos (56,1%).

Fazendo um estudo comparativo entre os resultados obtidos para as tabelas de 1 a 5 obtemos:

Entre as diferentes deficiências consideradas neste estudo (Tabelas 2 a 5) obtemos:

Maior proporção de pessoas com deficiência visual com proporção de 18,6% e menor proporção de pessoas com deficiência intelectual com 1,4%.

No tocante a variável saber ler e escrever mostra que a pior situação é representada pelo grupo formado por pessoas com deficiência intelectual (intelectual = 0) mostrando que 51,3% destas pessoas não sabem ler e escrever, resultado este que aproxima do resultado obtido pelo grupo formado por pessoas que apresentam as quatro deficiências (deficiências = 4 na Tabela 1) com proporção de 52,2% e a melhor situação é a apresentada pelo grupo formado por ver = 2 com proporção de 18,6% de pessoas que não sabem ler e escrever, o que mostra resultados bem próximos do obtido pelo grupo formado por pessoas que apresentam uma das deficiências estudadas (deficiências = 1) com proporção de 17,2%. Isto significa que em termos de saber ler e escrever o grupo de pessoas com deficiência intelectual encontra-se em condições semelhantes ao grupo de pessoas que apresentam as quatro deficiências consideradas neste estudo.

Para nível de instrução foi observado que a melhor situação é a apresentada pelo grupo ver = 2 com 68,5% que conseguiram até o nível fundamental incompleto, 12,7% entre fundamental completo e segundo grau incompleto, 15,1% entre segundo grau completo e superior incompleto e 5,4% nível superior completo ou mais, resultado este que se aproxima do obtido pelo grupo formado por deficiências = 1 com 64,7% com nível de instrução de no máximo nível fundamental incompleto, 13,4% com nível de instrução entre fundamental completo e segundo grau incompleto,

16,1% entre segundo grau completo e superior incompleto e 5,6% com nível superior completo ou mais. Isto significa que o grupo formado por pessoas que apresentam alguma dificuldade para enxergar (ver = 2) em termos de nível de instrução encontram-se em situação semelhante ao do grupo formado por pessoas que apresentam uma das deficiências estudadas.

A pior situação foi a apresentada pelo grupo formado por intelectual = 1 com 86,6% que concluíram no máximo nível fundamental incompleto, 6,6% com nível de instrução entre fundamental completo e segundo grau incompleto, 5,4% entre nível segundo grau completo e superior incompleto e por fim, 13% com nível superior completo ou mais, este resultado se aproxima mais do apresentado pelo grupo de pessoas que apresentam três deficiências (deficiências = 3 da Tabela 1) constituído por 87,7% com nível de instrução de no máximo nível fundamental incompleto, 5,9% entre nível fundamental completo e segundo grau incompleto, 4,8% entre segundo grau completo e superior incompleto e 1,5% com nível de instrução superior completo ou mais.

Esta situação pode estar ocorrendo devido a faltas de infraestrutura e de melhor atendimento e de aparelhos para uso dessa população

Para a variável renda, verifica-se que a melhor situação apresentada foi a do grupo formado por ver = 0 constituído por 25,2% com renda de no máximo um salário mínimo, 56,4% com renda entre um e três salários mínimos, 12,1% de pessoas com renda entre três e sete salários mínimos, 2,9% entre sete e dez salários mínimos e 3,4% com renda acima de dez salários mínimos. Resultados estes que se aproxima do obtido pelo grupo formado por deficiências = 0 da Tabela 1 com 27,5% com renda inferior a um salário mínimo, 57,8% com renda entre um e três salários mínimos, 10,3% entre três e sete salários mínimos, 2,2% entre sete e dez salários mínimos e 2,2% de dez salários mínimos ou mais. Isto significa que a situação em termos de renda para as pessoas que não conseguem enxergar de modo algum (ver = 0) é semelhante ao das pessoas que não apresentam qualquer deficiência (deficiências = 0).

Em termos de renda, a pior situação foi a obtida pelo grupo formado por intelectual = 0 constituído por 54,8% com renda de no máximo um salário mínimo, 39,2% com renda entre um e três salários mínimos, 4,4 entre três e sete salários mínimos, 0,8% entre sete e dez salários mínimos e 0,8% acima de dez salários mínimos. Resultados estes que se aproxima dos resultados obtidos pelo grupo formado por deficiências = 3 constituído por 55,4% de pessoas com renda de no máximo um salário mínimo, 38,6% com renda entre um e três salários mínimos, 4,4% entre sete e dez salários mínimos, 0,8% entre sete e dez salários mínimos e 0,8% com renda superior a dez

salários mínimos. Isto significa que a renda obtida pelas pessoas com deficiência intelectual muito se aproxima a da renda obtida pelo grupo formado por pessoas que apresentam três deficiências.

Acredita-se que o grupo formado por pessoas que não conseguem de modo algum (ver = 0 ou ouvir = 0 ou locomover = 0) conseguem melhores desempenhos em termos de educação e trabalhos com melhores ganhos do que as pessoas que conseguem com muita dificuldade (ver = 1 ou ouvir = 1 ou locomover = 1) segundo especialistas consultados pode ser justificados pelas ações públicas como estabelecimento de escolas especiais produção e importação de equipamentos como reguelete máquinas de escrever Braille cadeiras de roda, aparelhos auditivos e impressoras Braille. Produtos estes, que beneficiam mais quem não conseguem de modo algum (ver = 0 ou ouvir = 0 ou locomover = 0) enquanto que o grupo formado por pessoas que conseguem, mas com muita dificuldade (ver = 1 ou ouvir = 1 ou locomover = 1) necessitam de equipamentos e aparelhos especiais pouco existente no mercado brasileiro como telulupa para visão subnormal, aparelhos que melhoram a audição e comunicação, aparelhos ortopédicos que auxiliam na locomoção e de tratamentos com fisioterapeutas, fonoaudiólogos e outros que são caros e importados e não recebem a devida atenção por parte dos diferentes governos.

Para que possa melhor ilustrar a desigualdade existente entre pessoas com a deficiência e sem a Tabeka 5 mostra diferenças entre o maior e menor valor para as variáveis saber ler e escrever, nível de instrução e renda a seguir:

Tabela 6. Diferenças entre máximo e mínimo para variáveis saber ler e escrever, nível de instrução e renda para as diferentes deficiências e deficiências.

tipo	ler e escrever	nível de instrução				renda				
		1	2	3	4	1	2	3	4	5
intelectual	39.1	24.5	7.7	12	4.2	25.7	16.9	5.5	1.3	1.3
ouvir	25.3	20.9	6.6	11	3.4	15.2	10	3.5	1	0.9
locomover	33.9	23.6	7.3	12	3.9	24.6	14	7.1	2	2.6
ver	19.4	14.7	4.3	7.6	2.7	20.7	11.4	6.2	1.8	2.4
deficiências	42.6	28.7	9.8	14	4.2	29.5	20.6	6.3	1.4	1.4

Em geral é possível verificar na Tabela 6 que existem grandes disparidades entre pessoas com deficiência e que não apresentam deficiência por nível de instrução e renda.

Nota-se que essa diferença é maior para as pessoas que apresentam deficiência intelectual e que não apresentam essa deficiência que a valores mais próximos dos obtidos entre pessoas que apresentam as quatro deficiências e que não apresentam nenhuma das deficiências, mas de qualquer maneira, essas diferenças revelam a disparidade entre pessoas com deficiência e que não apresentam deficiência o que revela maior necessidade da mobilização de toda a sociedade para

que diminua essa desigualdade, para isso, nota-se a necessidade de trabalho e suporte de várias áreas para que possa melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Com o objetivo de fazer um estudo comparativo entre os grupos formados por pessoas com deficiência e que não apresentam deficiência, foram realizados testes de homogeneidade e em todos os casos foram obtidos nível de significância 0,000 para esse teste o que conclui que não existe homogeneidade entre os diferentes níveis das diferentes deficiências testadas o que significa que existe desigualdade entre os diferentes níveis de severidade de uma mesma deficiência e entre as diferentes deficiências.

A Figura 1 mostra as proporções das pessoas com deficiência por sexo e estado.

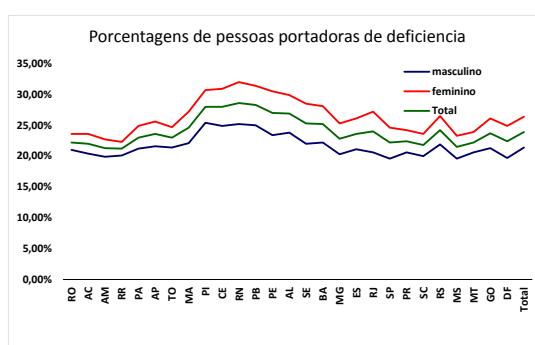


Figura 1. Gráfico de perfis para pessoas com deficiência por sexo e por estado.

Da Figura 1 verifica-se que as proporções de pessoas com deficiência do sexo feminino (linha vermelha) são maiores que do sexo masculino (linha azul) em todos os estados e o estado que apresenta maior proporção de pessoas com deficiência é o Rio Grande do Norte e a menor foi apresentada pelo estado de Roraima.

Observa-se que esses resultados refletem que essas proporções variam entre os diferentes estados.

Reparem que as diferenças existentes no que diz respeito à educação e trabalho entre pessoas com deficiência e que não apresentam deficiência pode ser devido a problemas estruturais como insuficiência de recursos humanos, falta de condições de acesso físico às instalações escolares, problemas para conseguir melhor formação profissional, atividades ocupacionais e emprego.

CONCLUSÕES

Quanto maior o número de deficiências menor tende a ser o nível de instrução e a renda que essas pessoas venham obter no seu trabalho; deficiência mais presente na população é a visual e a menos presente é a intelectual; deficiência que apresenta maior quantidade de pessoas que não sabem ler e escrever é a intelectual enquanto que a que mais apresenta é a visual; grupos de pessoas que conseguem enxergar, ouvir ou se locomover com muita dificuldade tem maiores dificuldades para conseguir alcançar melhor nível de instrução e renda do que os grupos de pessoas que não conseguem enxergar, ouvir ou se locomover de modo algum; existência de grande disparidade entre pessoas com deficiência, entre as diferentes deficiências e que não apresentam deficiência, e, por fim; grupo de pessoas que enxergam, ouvi ou locomove com alguma dificuldade alcançam resultados, embora menores, mas bem próximos aos das pessoas que não apresenta qualquer deficiência em termos de nível de instrução e renda.

Para que seja possível reverter este cenário acredita-se que devemos implementar medidas como:

Campanha educativa que mostra a importância de que pessoas com deficiência sejam incluídas no sistema regular de ensino; implementação de uma escola para todos a nível nacional e internacional; eliminar a discriminação e reafirmar o direito dos cidadãos a uma educação inclusiva; da atenção à formação profissional e aprendizagem ao longo da vida para as pessoas com deficiência; intensificar a cooperação entre organizações de pessoas com deficiência e associações, e, por fim; elaborar estudos mais abrangentes que propiciem questionário mais abrangente, elaboração de cadastro para monitoração dessa diferença e monitoramento desta e de outras situações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, J. O. F. 2001. Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação à Distância no Ensino Superior. Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação, UNICAMP, Campinas-SP.
- DOMINGOS, M.A. 2006. Sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano numa escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, PUC-MG, Belo Horizonte-MG.
- FIGUEIRA, E. 2008. Caminhando em Silêncio. Giz Editorial e Livraria Ltda, São Paulo - SP.
- FONTOURA, D.S. 2006. Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Tese de Doutorado, Escola de Administração, UFRS, Porto Alegre-RS.
- GASPAR, V.G. 2010. Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho - histórico e Tese de Doutorado, Instituto de Economia - UNICAMP, Campinas - SP.
- MAGALHÃES, M.N.; LIMA, A. C. P. 2011. Noções de Estatística. EDUSP, São Paulo-SP.
- ROSA, E.R. 2009. Um trabalho das pessoas com deficiência e as relações sociais de produção capitalista: Uma análise crítica da política de cotas no Brasil. Dissertação de Mestrado, Unoeste, Cascavel - PR.
- SANTOS, T.M. 2010. Inclusão escolar e educação para todos. Faculdade de educação, UFRS, Porto Alegre-RS.
- SILVA, O.M. 1986. A Epopéia Ignorada. CEDAS, São Paulo-SP.